2 — Nesta prova serão avaliadas competências ao nível de:

- Utilização funcional da língua portuguesa, em desempenho escrito;
- Activação de competências de intervenção reveladoras de posicionamento autónomo, crítico, reflexivo e avaliativo;
- Mobilização de saberes culturais, científicos e tecnológicos para proceder à abordagem das situações colocadas

Artigo 8.º

Composição do júri

O júri de avaliação de capacidade para a admissão aos cursos será constituído pelos seguintes elementos:

- O presidente da direcção, que presidirá;
- O coordenador do respectivo curso;
- Um docente da área científica predominante do curso a que o candidato se propõe, nomeado pelo coordenador do curso.

Artigo 9.º

Competências do júri

1 — Compete ao júri

- Apreciar o currículo escolar e profissional do candidato;
- Realizar as entrevistas;
- Elaborar e supervisionar as provas de avaliação de conhecimentos e competências;
- Classificar as várias componentes da avaliação;
- Atribuir classificação final a cada candidato.

Artigo 10.º

CrITÉRIOS de classificação e de atribuição da classificação final

1 — O júri atribuirá a cada uma das componentes de avaliação uma classificação expressa na escala de 0 a 20.

2 — O peso de cada uma das componentes na classificação final é o seguinte:

- 30 % para a apreciação curricular;
- 40 % para a entrevista;
- 30 % para a prova de avaliação de conhecimentos e competências.

3 — Quando o resultado da soma das componentes de avaliação não for um número inteiro, será arredondado por excesso se a parte decimal for igual ou superior a 0,5 e por defeito se inferior a 0,5.

4 — Consideram-se aprovados os candidatos a que tenha sido atribuída a classificação mínima de 10 valores.

5 — Da decisão final do júri não cabe recurso.

Artigo 11.º

Efeitos e validade das provas

1 — A aprovação nas provas de avaliação de capacidade para a frequência do ensino superior assegura o acesso ao curso, através da respectiva lista de seriação.

2 — A aprovação pode ser utilizada para o ingresso noutros cursos do ISCE de Felgueiras desde que seja dado parecer favorável, pelo júri, ao pedido do candidato.

3 — Podem, igualmente, admitir-se à inscrição nos cursos do ISCE de Felgueiras candidatos que tenham obtido aprovação em provas de ingresso em cursos de outros estabelecimentos de ensino superior, mediante parecer favorável do júri, ouvido o conselho científico.

4 — As provas de avaliação têm a validade de dois anos.

26 de Fevereiro de 2007. — A Presidente da Direcção, *Isabel Souto e Melo*.

POLISCASTELO BRANCO — SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA POLIS EM CASTELO BRANCO, S. A.

Anúncio n.º 5094/2007

Nos termos do artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, discriminam-se as obras adjudicadas pela PolisCastelo Branco — Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Castelo Branco, S. A., durante o ano de 2006:

Concurso público — empreitada de construção do centro de monitorização e interpretação ambiental na zona de intervenção do Programa Polis em Castelo Branco — CONSTROPE — Construções, S. A. — € 648 192,36;

Concurso limitado — empreitada para reforço estrutural da laje de fundo do tanque grande do Jardim do Paço, na zona de intervenção do Programa Polis em Castelo Branco — BEL — Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S. A. — € 40 013,80;

Concurso limitado — empreitada de construção das instalações e equipamentos do posto de transformação do centro cívico, na zona de intervenção do Programa Polis em Castelo Branco — Barata & Marcelino — Instalações Eléctricas, L.ª — € 32 889;

Concurso limitado — empreitada de construção de um muro de suporte no centro histórico — Praça Académica — Construtora Abrantina, S. A. — € 120 688,93.

26 de Junho de 2007. — Os Administradores Liquidatários: *Joaquim Morão Lopes Dias — José Filipe Gameiro Fernandes*.

SGFI — SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, S. A.

Balancete n.º 102/2007

Sede: Rua do Dr. António Loureiro Borges, 9, Arquiparque, Miraflares, 1495-131 Algés.

Capital social: € 400 000.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o n.º 16 447.

Número de identificação de pessoa colectiva 506245802.

Balanco em 30 de Setembro de 2006 e 2005

(Em euros)

	Ano			Ano anterior
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações (1)	Provisões, imparidade e amortizações (2)	Valor líquido (3=1-2)	
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	250		250	250
Disponibilidades em outras instituições de crédito	502 839		502 839	421 816
Outros activos tangíveis	79 355	11 118	68 237	11 941
Activos intangíveis	116 980	64 649	52 331	91 321
Outros activos	34 776		34 776	9 767
<i>Total do activo</i>	<i>734 199</i>	<i>75 767</i>	<i>658 432</i>	<i>535 096</i>